

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.074 - PB (2019/0263091-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : **MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.**  
**PROCURADORES** : **ADELMAR AZEVEDO RÉGIS - PB010237**  
                          **MARCOS ANTÔNIO LEITE RAMALHO JÚNIOR - PB010859**  
                          **LEONARDO TELES DE OLIVEIRA - PB018998B**  
                          **RAFAEL DE LUCENA FALCAO - PB016062**  
**RECORRIDO** : **JULIANA SOUSA SOARES DE ARAUJO**  
**ADVOGADOS** : **FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA - PB018025**  
                          **JACIANE GOMES RIBEIRO - PB018796**

### **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LIMINAR DEFERIDA NA ORIGEM. RESTABELECIMENTO DE VANTAGEM SUPRIMIDA. VEDAÇÃO CONTIDA NO ART. 7º, § 2º, DA LEI N. 12.016/2009. INAPLICABILIDADE AO CASO. PRECEDENTES.

1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a norma contida no art. 7º, § 2º, da Lei n. 12.016/2009, ao impedir o deferimento de liminar para a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza, deve ser interpretada restritivamente. Logo, a mencionada vedação não alberga os casos em que o pedido de tutela provisória de urgência tenha por objeto o restabelecimento de vantagem pecuniária suprimida da folha de pagamento do servidor público.

2. Recurso especial a que se nega provimento.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator